

## **O LAZER NO BRASIL: DE GETÚLIO VARGAS À GLOBALIZAÇÃO**

*Renata Ferreira dos Santos*

Universidade de São Paulo  
São Paulo – SP – Brasil

Partindo da premissa que o desenvolvimento das práticas de lazer acompanha o desenvolvimento da sociedade como um todo, o livro discute como ocorreu o processo de transformação do lazer no Brasil por meio do desenvolvimento urbano, destacando os eventos políticos, sociais e econômicos que ocorreram no país de Getúlio Vargas à globalização, tendo como referencial de interpretação a Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas.

O Estado Novo foi implantado no Brasil na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, onde o nacionalismo era fortemente valorizado nos aspectos econômico, político e financeiro com o objetivo de construir uma nação independente. O governo Vargas foi marcado pela sua intervenção nas lutas de classes e pelo controle das organizações operárias. Neste período, as festas, comícios e paradas que ocorriam no momento do lazer do trabalhador foram utilizadas tanto para construir da imagem do presidente, quanto para afastar os operários da ociosidade. Vargas utilizou o tempo livre como meio de propaganda e como forma de controlar os crimes contra a moral e os bons costumes ao proibir os jogos e ritos populares, como a briga de galo, a briga de canários e as fogueiras de São João, buscando por meio destas ações, promover a transformação de uma cultura rural em uma cultura urbana.

O Estado Novo foi um período de grande desenvolvimento econômico, no qual o Brasil deixou a condição de país agrário-exportador para se transformar em uma sociedade urbano-industrial. A agitação política, econômica e social decorrente das idéias de nacionalismo, desenvolvimentismo, industrialismo e urbanismo, repercutiu sobre a produção cultural que impulsionou as artes, os espetáculos e os divertimentos do tempo livre. Houve um exponencial aumento na publicação de livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e inúmeros musicais, além do surgimento da rádio-novela, cine-jornal e documentários cinematográficos que tiveram um papel importante na formação do lazer do trabalhador, que foi utilizado estrategicamente para o exercício de poder do governo.

O desenvolvimento urbano propiciou a diferenciação das atividades culturais de lazer, pois os grupos econômicos as consumiam de maneira distinta. Enquanto os intelectuais envolviam-se com atividades ligadas ao movimento modernista de 1922 e ao movimento antropofágico, ambas relacionadas à arte, as atividades de lazer dos operários frequentemente eram direcionadas pelo governo, como as atividades físicas, atividades recreativas e festas típicas católicas e as folclóricas.

Com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento urbano, as grandes cidades puderam construir locais próprios para a apresentação do cinema e do teatro, o que acabou impulsionando o mercado nacional. O lazer desenvolve-se enquanto campo social a partir da urbanização, sendo assim, existe uma relação entre o desenvolvimento urbano-tecnológico e a ampliação das atividades de lazer.

O governo possuindo a idéia do novo “homem brasileiro” buscou meios de transformar a cultura rural por meio da criação do DIP (Departamento de Imprensa e

Propaganda). O DIP controlava as manifestações populares com o objetivo de racionalizar, higienizar e afastar a população das expressões que fossem contrárias à urbanização e ao desenvolvimentismo. A partir do DIP, foi criado o Departamento de Turismo em todos os Estados, que controlava as atividades da cultura popular como as festas juninas, festas populares, dias cívicos, atividades físicas e até mesmo o Carnaval.

Com o fim da era Vargas, o lazer de cunho nacionalista passou a ser cosmopolita, de protesto e de consumo. As atividades de lazer foram ampliadas devido o crescimento do desenvolvimento industrial, da urbanização e do acesso aos bens culturais estrangeiros.

O governo de Juscelino Kubitschek, principalmente na década de 1950, enfatizava o desenvolvimento econômico e industrial, o que acabou estimulando algumas transformações que favoreceram o acesso ao lazer, por meio do desenvolvimento das artes e espetáculos.

Em 1960 a população urbana ultrapassou a rural. Com isso, os operários passaram a exigir mais tempo livre e atividades de lazer, o que revolucionou o lazer nas cidades industrializadas. Alguns fatos como o suicídio do presidente, os problemas na sucessão e a criação do Plano de Metas foram suficientes para impulsionar as mudanças culturais. A crescente urbanização, a diferenciação de trabalhos, o aumento do poder aquisitivo, o surgimento de vários estamentos, a democratização das atividades artísticas e a popularização do divertimento podem ser considerados frutos da complexificação da sociedade e parte do processo de expansão do lazer no Brasil.

Diferentemente do governo Vargas em que o lazer reforçava a ideologia nacional com o cine-jornal, o DIP, as festas populares, o rádio nacional e as festas católicas, no governo de JK o lazer se debruçou sobre o desenvolvimento industrial com o clube da

empresa, o bairro operário, a construção de teatros, salas de cinema e o aumento da comunicação de massa com o surgimento da televisão.

Com o golpe militar, o acesso ao lazer se estendeu às camadas populares dando início ao desenvolvimento da indústria cultural, pois neste período, as atividades de lazer mantiveram-se crescendo com a construção de teatros, salas de cinema, hotéis de turismo, o desenvolvimento da indústria radiofônica e televisiva, assim como a continuidade das atividades artísticas nacionais-populares como a Tropicália e o Cinema Novo. As artes engajadas sofreram grande repressão durante o período militar, o que favoreceu o desenvolvimento do lazer de consumo, urbano e de mercado.

A ditadura militar no Brasil teve início com o golpe de Estado de 1964, e em 1968, houve um recrudescimento do regime, gerado pelo aumento da repressão.

Um dos instrumentos utilizados pelo regime foi o Sistema Nacional de Informação (SNI), que tinha como ideal a preservação da pátria contra os valores nocivos à sociedade, como os subversivos, terroristas e comunistas, além de servir como forma de controle das artes, dos espetáculos e do lazer.

Os autores discutem que durante os anos mais duros da ditadura, houve um refluxo das ideias e ações de lazer, pois o Brasil, antes tido como país da industrialização, da nova estética, da Bossa Nova e da Tropicália veio a tornar-se o país do regime de exceção, do terrorismo e dos grupos de extermínio, um país que apresentava um Estado autoritário que age coercitivamente na vida das pessoas, envolvendo-se em suas relações pessoais e cerceando as trocas espontâneas, impedindo assim que o lazer e as trocas intersubjetivas se manifestem.

Diferentemente do governo Vargas em que a propaganda política utilizava-se do rádio, os militares investiram na televisão, no esporte e nos parques públicos para promover o governo. As atividades de lazer sofreram um refluxo pois a convivência coletiva foi reduzida por causa do medo e da insegurança instalados.

Após a morte de Costa e Silva, o General Emilio Garrastazu Medici, que chefiava o SNI, foi escolhido para governar o Brasil, iniciando o período considerado como o mais violento e repressivo do regime militar.

O Estado buscava vender a ideia de um país em grande desenvolvimento econômico, e legitimar a ditadura por meio desse desenvolvimento. O crescimento econômico do período favoreceu a concentração da renda nas mãos de uma pequena classe dominante, caracterizando assim um desenvolvimento excludente, pois grande parte da população não se beneficiava com esse desenvolvimento.

No início da década de 1970 ocorreu o chamado “Milagre Econômico”, que possibilitou que o Estado realizasse grandes investimentos externos para projetos de grande porte no setor industrial, agropecuário, mineral e de infraestrutura.

O período do regime militar é considerado o auge do cinema brasileiro. Os cineastas buscavam descrever a pobreza, a miséria e a fome, enquanto os produtores discutiam nas entrelinhas dos filmes a exclusão social, o analfabetismo, a estupidez da população e os regimes ditatoriais, mostrando ao mundo o verdadeiro Brasil dos excluídos, bem diferente daquele projetado pelos militares. O resultado disso foi que grande parte dos filmes foi censurada totalmente ou sofreu cortes na sua edição, pois os militares não queriam apresentar o Brasil como país da desigualdade, mas como país do futuro, do investimento e das oportunidades.

Os autores discutem algumas colocações que reforçam a tese de que houve controle nas práticas de lazer e na produção cultural durante o regime militar. Algumas ocorrências como a impossibilidade de encontros sociais nas ruas e a censura às poesias e aos filmes mostram que houve um direcionamento político nas práticas de lazer. O governo passou a intervir sobre as opções de lazer das pessoas no momento em que começou a decidir o que poderia ser assistido ou não pela população.

O governo encontrou no lazer brasileiro um meio de promover a ordem, a formação de corpos sadios e a repressão da ociosidade. Em todos os locais havia a presença do SNI. As limitações impostas pelos governos ditatoriais nos momentos de lazer geraram um grande vazio cultural no que se refere aos espetáculos teatrais de rua. Além disso, o policiamento ostensivo nas ruas dificultou a ocorrência de apresentações espontâneas, que ficaram restritas aos espaços fechados.

O livro trata de argumentos que indicam que o lazer foi utilizado como veículo político tanto para a propaganda quanto para contestação ao regime ditatorial. Ao mesmo tempo que a censura aumentou o controle cultural, ela também criou a base para a expansão da indústria cultural.

O regime militar foi marcado pelo desenvolvimento desigual do país. Enquanto a classe média desfrutava dos benefícios oriundos do “Milagre Econômico”, a classe baixa teve seu espaço de lazer restringido, levando-a a buscar refúgio em suas casas e nas telenovelas que também propagavam a política do regime. A partir disso, é possível constatar que o regime militar possibilitou a elitização do lazer.

O governo preocupava-se em passar uma determinada imagem do Brasil, e por isso os militares buscavam ocultar a crise da sociedade em todos os setores, criando para isso

órgãos como a Embratur e a Embrafilme, que funcionariam em prol de melhorar a imagem do país no exterior, uma por meio do turismo e a outra por meio do cinema.

O esporte também foi utilizado no regime militar por meio da criação de programas governamentais como o EPT (Esporte Para Todos) que tinha a função de encontrar atletas e propiciar a prática esportiva para a população. O Estado via o esporte como um fenômeno agregador da sociedade que empregava valores que facilitavam certo controle social. Na interpretação dos autores via “Teoria da Ação Comunicativa” os programas governamentais refletem uma política de governo, como o caso da política do Esporte Para Todos, que refletia a propaganda do regime.

Após 1980, início do processo de redemocratização, os bens culturais industrializados foram ampliados. Os programas nacionais e internacionais puderam ser divulgados com o fim da censura. Com a abertura política, a indústria cultural desenvolveu-se vertiginosamente, principalmente na área das comunicações, que foi marcada pela globalização e pelo fim da censura.

O período que vai de 1985 até 1989 foi marcado pela transição para a democratização, e pela consolidação do projeto neoliberal implantado por Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito após o regime militar.

No governo Collor a Embrafilme foi fechada, mostrando a política de afastamento do Estado das ações culturais. Na política cultural deste governo, a produção cultural diminuiu, pois foram feitos cortes de investimento nas áreas de atividade física, o que afetou diretamente as práticas de lazer.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso, o país começou a ter o reflexo da globalização. As práticas políticas igualitárias e respeito das minorias, a democracia, a luta

pelos direitos humanos, as conquistas das mulheres, os direitos das crianças e o respeito ao meio ambiente começaram a ser valorizados. Foram realizados investimentos ligados às privatizações em áreas fundamentais, como a comunicação, estabilização da economia, assinaturas de tratados internacionais e Mercosul.

Diferente do período militar em que o Estado invadiu as possibilidades de manifestação do lazer na sociedade, na globalização, quem invade as esferas da sociedade é o mercado, por meio da necessidade do Estado em controlar os gastos públicos e as privatizações, e por meio do aumento de práticas de lazer pagas e restritas.

Os autores discutem a globalização como um processo que se desenvolve em decorrência dos avanços do próprio capitalismo, e baseados na teoria habermasiana, afirmam que o lazer nasce no acervo do saber humano, que é o local das relações humanas livre de coerções, e que ele se amplia e interage na esfera do Estado por meio das políticas públicas e no mercado, por meio de atividades privadas que buscam o lucro.

Com a incorporação da tecnologia no país, ocorreu uma transformação nos campos culturais e nas atividades de lazer, com a chegada da Internet, televisão a cabo, parques temáticos, meios de transportes mais eficientes, entre outros.

O lazer na globalização mostra a realidade da exclusão, uma vez que as elites das grandes metrópoles podem desfrutar de um lazer de primeiro mundo, enquanto uma grande parte da população não tem acesso ao lazer pago, devido à sua baixa renda ou mesmo, ao desemprego. Porém, cabe ressaltar que a exclusão no caso brasileiro não é oriunda da globalização, mas sim de uma situação vivenciada pelo país muito anteriormente.

Ao final do livro, os autores fazem uma reflexão sobre o lazer e o acesso à cultura no mundo contemporâneo, afirmando que o lazer parece caminhar, talvez de forma

paradoxal tanto para a individualização, quanto para a expansão de atividades em grupos específicos de afinidades.

Como conclusão, os autores afirmam que a sociedade globalizada apresenta-se complexa, desigual e contraditória, e apontam que no caso brasileiro, toda observação deve partir da sua dualidade, considerando-se que o país possui setores de alta renda, que tem acesso a um lazer sofisticado, mas que a maioria da população, de baixo poder aquisitivo, tem pouco acesso a este, sendo até mesmo excluída das alternativas contemporâneas de lazer, seja porque são pagas e ela não possui os recursos necessários, seja porque o Estado não as disponibiliza.

O livro dos autores Marco Antonio Bettine de Almeida e Gustavo Luiz Gutierrez é fundamental para aqueles que desejam obter um aprofundamento sobre o desenvolvimento do lazer no Brasil por meio do desenvolvimento urbano. Com uma linguagem de fácil compreensão, o livro aborda os eventos políticos, sociais e econômicos que ocorreram no país, e de que forma o lazer se desenvolveu por meio da complexificação da sociedade.

## REFERÊNCIA

ALMEIDA, M. A. B; GUTIERREZ, G. L. **O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à globalização**. São Paulo: PHORTE, 2011. 136p.

### **Endereço da Autora:**

Renata Ferreira dos Santos  
Rua Quintino Bocaiúva, 384 - Centro Alto  
Ribeirão Pires – SP – CEP: 09424-030

Endereço eletrônico: [renata.ferreira.santos@usp.br](mailto:renata.ferreira.santos@usp.br)